

Protocolo: 01336/2020
Processo:
Projeto:
Data Leitura: 17/06/2020
Data Arquivo: ___/___/___
Ass. Protocolo: _____

Tipo: **Indicação**
Autor: **Deputado Zé Teixeira**

Solicita a liberação da documentação pertinente a 90 famílias de pequenos produtores do Projeto de Assentamento Marcos Freire, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti, permitindo a regularização fundiária definitiva, com registro e escrituração de seus lotes em cartório, bem como a liberação de cerca de 30 (trinta) Contratos de Concessão de Uso - CCUs para outras famílias daquele Assentamento, os quais se encontram pendentes.

INDICO à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor EDUARDO CORREA RIEDEL, e ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Senhor ANTÔNIO DE CASTRO VIEIRA, solicitando a liberação da documentação pertinente a 90 famílias de pequenos produtores do Projeto de Assentamento Marcos Freire, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti, permitindo a regularização fundiária definitiva, com registro e escrituração de seus lotes em cartório, bem como a liberação de cerca de 30 (trinta) Contratos de Concessão de Uso - CCUs para outras famílias daquele Assentamento, os quais se encontram pendentes.

Plenário Deputado Júlio Maia, 17 de junho de 2020.

Zé Teixeira

Deputado Estadual

DEMOCRATAS

(040/2020)

JUSTIFICATIVA

Em setembro de 2019, após 30 anos de espera, 90 famílias de pequenos produtores rurais do Assentamento Marcos Freire, em Dois Irmãos do Buriti, receberam o título de domínio de seus lotes, e outras 11 famílias foram contempladas com o Contrato de Concessão de Uso - CCU, entregues pelo INCRA.

Entretanto, as 90 famílias permanecem ainda aguardando a liberação da documentação pertinente que possibilitará o registro e a escrituração de seus lotes nos cartórios dos municípios de Dois Irmãos do Buriti ou Anastácio, para a regularização fundiária definitiva e, da mesma forma, cerca de 30 outras famílias, passado um ano da vistoria realizada no local e posse de toda a documentação exigida, continuam aguardando pela liberação dos CCUs, sem os quais não conseguem trabalhar na terra e produzir.

Por reivindicação da Vereadora Roseli da Silva Gomes, do Legislativo daquele município, intercedemos em favor das famílias que continuam com pendência na regularização de seus lotes e CCUs, moradores e trabalhadoras na terra do PA Marcos Freire, que necessitam da titularidade definitiva para que recebam, como de direito, inclusive toda a assistência fundiária.

Conforme sabemos, a titularidade da terra, além de se tratar de questão Constitucional, é por direito proporcionar a segurança e a dignidade aos trabalhadores rurais assentados, permitindo-lhes a contratação de financiamentos e mais investimento na produção e benfeitorias em seus lotes, bem como que o imóvel seja incorporado ao patrimônio da família, deixando a propriedade de herança aos filhos e, no futuro, depois de cumprido o prazo legal, possam ainda arrendar ou comercializar a área.